

## *A teoria das quatro revoluções de Georges Lefebvre\**

JOSEMAR MACHADO DE OLIVEIRA  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo “revisitar” a chamada “interpretação social” da Revolução Francesa cujo marco principal é a obra de Georges Lefebvre. Esta interpretação foi sintetizada em seu célebre livro *Quatre-vingt-neuf* de 1939, o qual no pós-guerra dominou profundamente os estudos da Revolução Francesa. Contudo, a partir dos anos oitenta a interpretação proposta nesta obra sofreu significativas críticas dos chamados historiadores “revisionistas”. Neste nosso trabalho procuramos questionar alguns pontos dessa crítica, ao mesmo tempo em que buscamos demonstrar que a “teoria das quatro revoluções” apresentada no *Quatre-vingt-neuf* continua atual.

**Palavras-chave:** Revolução Francesa; Georges Lefebvre; Historiografia francesa; Interpretação social.

**Résumé:** L'article a pour objectif “revisiter” ce qu'on appelle la “interprétation sociale” de la Révolution française laquelle a pour référence principale l'oeuvre de Georges Lefebvre. Cette interprétation a été synthétisé dans son livre *Quatre-vingt-neuf* de 1939, lequel a dominé profondément les études de la Révolution française dans le post-guerre. Cependant, à partir des années 1980, l'interprétation qui a été proposé dans cette oeuvre a été l'objet des critiques significatives de la part de ceux qu'on appelle les historiens “révisionnistes”. Dans notre travail nous essayons, d'une part, à questionner

---

\* Artigo submetido à avaliação em 10 de setembro de 2014 e aprovado para publicação em 21 de outubro de 2014.

quelques points de cette critique, d'autre part, à demontrer que la “teorie des quatre révolutions” présentée dans le *Quatre-vingt-neuf* demeure actuel.

**Mots-clefs:** Révolution Française, Georges Lefebvre; historiographie française; Interpretation sociale.

## Introdução

O historiador inglês Lawrence Stone (1919-1999) desenvolveu em seu livro, *Causas da Revolução Inglesa* (2000), um modelo explicativo para as origens do processo revolucionário de 1640, apoiando-se fortemente em conceitos das ciências sociais e na historiografia de Alexis de Tocqueville. Para tanto, procurou estabelecer um modelo das causas da Revolução Inglesa que levasse em consideração elementos como estrutura e conjuntura, papel dos grupos e dos indivíduos, inevitabilidade ou não dos processos históricos.

Um tal modelo causal foi na direção do que Pierre Vilar chamara de história total (VILAR, 1960, p. 41-85), pois visava dar conta das características multifacetadas dos processos históricos, isto é, seus elementos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Para isso, Stone forjou uma terminologia de classificação das causas da Revolução de 1640 em precondições (longo prazo), precipitadores (médio prazo) e detonadores (curto prazo). As precondições e os precipitadores seriam “as tendências sociais, econômicas e ideológicas de longa duração que tornam possíveis as revoluções, e que são passíveis de análises comparativas e de generalizações”, já os detonadores “as decisões pessoais e o padrão acidental dos acontecimentos que podem ou não desencadear a explosão revolucionária, e que são únicos e inclassificáveis” (STONE, 2000, p. 88).

Levando-se em consideração as especificidades de cada processo histórico, esse modelo pode ser transplantado para outras épocas e sociedades, particularmente, outros processos revolucionários. Dessa forma, se tentássemos usar as ideias de Stone para analisarmos as causas da Revolução Francesa, poderíamos considerar como preenchendo as condições

de duas das precondições que o autor citado apontava para a Revolução Inglesa — isto é, o papel das ideias (puritanismo, direito consuetudinário, dicotomia *country-court*) e a dinâmica social das classes (ascensão da *gentry*-decadência da aristocracia) — o movimento das ideias que caracterizou o *Settecento riformatori* (VENTURI, 1998), no qual podemos destacar a centralidade de autores como Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) e de Jean Marie Arouet (1694–1778), e as mudanças que ocorreram na sociedade de ordens francesa ao longo do Antigo Regime, as quais tiveram no processo de afirmação social da classe média uma de suas características mais marcantes.

Já como causa precipitadora da Revolução Inglesa, segundo Stone, teria sido o reinado de Carlos I, do seu início (1625) até a convocação do Longo Parlamento (1640). Na Revolução Francesa, tal tipo de causa também poderia caber a um reinado, no caso o de Luís XVI. O aspecto predominante dessa causa foi a crise econômica da década de 1780 e seu aspecto mais inquietante, a crise orçamentária. Em ambos os processos históricos, como veremos para o caso francês, a questão do consentimento do imposto foi uma questão chave.

E por fim, a função dos detonadores — que na Revolução Inglesa coube à morte do conde de Bedford e à rebelião irlandesa de 1641 — no caso da Revolução Francesa poderia caber aos acontecimentos dos anos de 1787 e 1789, da convocação da Assembleia dos Notáveis até os eventos dos dias 17 e 20 de junho e de julho-agosto de 1789, passando pela convocação da Assembleia dos Estados Gerais em agosto de 1788.

Assim, foi justamente nesse último período que Georges Lefebvre (1874-1959) situou sua célebre hipótese interpretativa da Revolução Francesa de que esta última constituía-se de quatro e não de uma única revolução. Esta hipótese apareceu em seu livro *Quatre-vingt-neuf*, no qual ampliou a perspectiva da revolução que desenvolvera anteriormente em *La Révolution française et les paysans* de 1932.<sup>1</sup> Nesse texto, Georges Lefebvre defendia que os camponeses tinham desenvolvido uma revolução própria no contexto da Revolução, com seu programa e dinâmica específicos. Quando escreveu seu famoso livro

---

<sup>1</sup> Retomado em: LEFEBVRE, 1954.

ampliou essa perspectiva acrescentando a revolução camponesa e a revolução burguesa, esta já subentendida como a face mais evidente da Revolução, outras duas, as revoluções aristocrática e popular.

De início, lembremos as circunstâncias em que foi publicado o livro *Quatre-vingt-neuf (Oitenta e nove)*. Diferentemente da edição brasileira, o título da edição original francesa é assim mesmo, com o ano da Revolução escrito por extenso, sem subtítulo. O livro foi, como diz Claude Mazauric, escrito de um fôlego só (MAZAUERIC, Claude: 1989, p. 27).<sup>2</sup> Publicado em julho de 1939 — daí a poucas semanas a guerra começaria — marcando o sesquicentenário da Revolução, mas escrito ainda num contexto histórico do primeiro gabinete socialista da história da França, fruto do *front populaire*,<sup>3</sup> que tinha recém deixado o poder quando o livro foi publicado. Ao mesmo tempo em que também num contexto histórico europeu particular, haja vista que a Europa vivia sob a ameaça concreta da guerra e do nazismo, o qual como movimento e regime,<sup>4</sup> mobilizava-se contra tudo que a Grande Revolução simbolizava.<sup>5</sup> Assim, não é à toa que a última parte do *Quatre-vingt-neuf* trata justamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e de um chamamento à juventude nesse contexto tão sombrio e também não é à toa que as oito mil cópias restantes do livro tenham sido destruídas por ordem do governo de Vichy (PALMER, 1947, p. vi).<sup>6</sup>

Qual a origem dessa ideia de Lefebvre de que a Revolução não era uma única revolução, mas quatro? A genealogia dessa ideia se encontra certamente na própria formação teórica do nosso autor. Resumidamente, podemos dizer que essa formação teve uma forte influência de Jean Jaurès

---

<sup>2</sup> Traduzido para o português com o título *1789, o surgimento da Revolução Francesa*, o que é típico do mercado editorial brasileiro, sempre atrás de facilidades mercadológicas, pois tal tradução mascara a intenção original de Lefebvre. Podemos compará-la com a tradução feita na Espanha: *Mil setecientos ochenta y nueve*. (Lefebvre, 1976).

<sup>3</sup> Chefiado pelo socialista Léon Blum (1872-1950).

<sup>4</sup> Nazismo como movimento e como regime é uma caracterização de Enzo Traverso. Cf. TRAVERSO, 2001, p. 9-110.

<sup>5</sup> Lembremos que a última parte de *Quatre-vingt-neuf* trata justamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

<sup>6</sup> O governo colaboracionista de Vichy substituiu o governo de Paul Reynaud, no momento da derrota da França para a Alemanha em junho de 1940.

(1859-1914)<sup>7</sup> e da história social, em outras palavras, a influência do socialismo jauressiano e do marxismo. Foi por meio dessas influências que ele, como Albert Mathiez (1874-1932), procurou traduzir em seus estudos da história da Revolução Francesa uma preocupação com novos “territórios”, como a história camponesa, a propósito da qual produziria um texto fundamental, sua tese de doutorado de 1924, *Les paysans du nord pendant la Révolution française*. Suas análises nesse novo “território” evoluíram para chegar, em 1932, a apresentar a questão camponesa durante a Revolução como uma revolução específica, como dissemos mais acima.

Mas sua formação também teve uma influência menos evidente, a de Alexis de Tocqueville, que ele sempre admirou e de cujo livro, *O Antigo Regime e a Revolução*, afirmava ser o mais belo livro escrito sobre a Revolução (LEFEBVRE, 1952, p. 19). Mas qual Tocqueville? Certamente o Tocqueville que valorizava uma abordagem social da Revolução e, que em uma passagem célebre do seu livro clássico, afirmava que “podem opor-me os indivíduos; eu falo em classes, pois somente elas devem ocupar a História” (TOCQUEVILLE, 1982, p. 123-124) e em outra passagem deixou isso ainda mais claro ao afirmar que “a Revolução não foi feita, como se pensou, para destruir o império das crenças religiosas. Apesar das aparências, foi essencialmente uma revolução social e política” (TOCQUEVILLE, 1982, p. 67).

Contudo, a ideia de interpretar a Revolução dividindo-a em mais de uma revolução não era absolutamente algo novo na década de 1930. Assim, a ideia de Lefebvre pode ser considerada uma evolução num sentido mais radical da ideia comum a muitos historiadores do século XIX que viam na Revolução duas revoluções. Quase com certeza, o que veio a ser chamado de “teoria das duas revoluções” teve início com os liberais da época da Restauração. Historiadores como, por exemplo, Auguste Mignet (1796-1884) bipartiam a Revolução, estabelecendo que teria havido uma revolução em

---

<sup>7</sup> Esta influência pode ser percebida nas palavras do próprio Lefebvre: “eu vi e escutei Jaurès só duas vezes, perdido na multidão [...] mas se alguém se preocupa em me alocar um *maître*, eu reconheço apenas ele” (*apud* BEIK, 1962, p. x).

1789, a da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, aquela que teria consagrada a vitória do Terceiro Estado sobre a monarquia e que consagraria uma monarquia temperada por valores liberais; e outra, a Revolução do ano II, a do Terror, da república democrática. A primeira, defendida e valorizada, a segunda, rejeitada.

Mais recentemente esta ideia de bipartir a revolução foi retomada por François Furet (1927-1997), o qual, como afirma Jim Wolfreys, “reprocessou as análises clássicas conservadora e liberal da Revolução”, revivendo “uma tradicional distinção entre os anos de 1789 e 1791, vistos em uma luz positiva, e o período de 1792-94, considerado um desastre” (WOLFREYS, 2007, p. 53).<sup>8</sup>

Mas historiadores de outras tendências ideológicas, como o socialista Louis Blanc (1811-1882), também construíram uma análise da Revolução calcada na ideia de que teria havido duas revoluções. Conforme Madeleine Rebérioux, Louis Blanc “[...] sustenta[va] com grande energia a teoria dita das ‘duas revoluções’” (REBÉRIOUX, 1989, p. 62). Havia então, segundo Blanc, “[...] uma [1789], marcada pelos traços de Voltaire, será facilmente vitoriosa e semelhante quase a uma festa do que a um combate; a outra [1793], saída de Jean-Jacques, somente terá uma majestade fúnebre e terminará numa catástrofe” (BLANC, 1870, t. I, p. 9).

Assim, a inovação de Lefebvre consistiu em superar o modelo da “teoria das duas revoluções”, criando por assim dizer uma ‘teoria das quatro revoluções’. A seguir passaremos a analisar alguns dos principais traços dessa sua “teoria” inovadora.

1. Foi no contexto da crise orçamentária que Georges Lefebvre estabeleceu a primeira das quatro revoluções com que dividiu o processo revolucionário de 1789, denominada por ele de “revolução aristocrática”.

---

<sup>8</sup> Lembremos que o grande político francês Georges Clemenceau (1841–1929) fez uma famosa refutação da “teoria das duas revoluções”, pelo menos aquela que via uma boa e uma má revolução. Essa refutação foi feita em seu discurso à Assembleia francesa em 1891, quando ele afirmou que a “La Révolution française est un «bloc», qu'il faut accepter ou rejeter dans son intégralité [...]”. Disponível em: <<http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/grands-moments-d-eloquence/georges-clemenceau-1891-la-revolution-est-un-bloc-29-janvier-1891>>. Acesso em: 13/10/2014.

Aqui um parênteses antes de passarmos adiante. Não devemos confundir o uso do termo “revolução aristocrática” com o termo muito utilizado na historiografia da Revolução, “reação aristocrática”, ou a expressão de Albert Mathiez, “revolta nobiliárquica” (MATHIEZ, 1922, t. I, p. 18). Lefebvre usou o termo *revolução* no lugar de *reação* justamente para enfatizar a dimensão revolucionária da nobreza na década de 1780 e não para simplesmente designar com esse termo a continuidade do movimento da nobreza francesa em tornar exclusivas para seus integrantes funções dentro do Estado monárquico francês, entre outras ações, que caracterizaram o processo histórico ocorrido na segunda metade do século XVIII, e que foi caracterizado justamente pelo termo reação aristocrática.<sup>9</sup>

De qualquer maneira, a recepção dessa caracterização de Lefebvre dos primórdios da Revolução Francesa não foi unânime. Mesmo o seu seguidor mais próximo, Albert Soboul (1914-1982), nuançou a validade da expressão “revolução aristocrática”. Ele considerava a expressão ambígua, já que se a aristocracia fez reivindicações que eram do interesse do Terceiro Estado como, por exemplo, o voto do imposto pelos Estados Gerais, mas o fez no contexto de “sua luta contra o absolutismo para restabelecer a sua preponderância política e salvaguardar privilégios sociais ultrapassados — luta que ela prosseguiu logicamente até à contrarrevolução” (SOBOUL, 1982, p. 14-15).<sup>10</sup> Soboul preferia o termo reação nobiliárquica e mais ainda o termo reação aristocrática (SOBOUL, 1981, p. 16).

De qualquer forma, a intenção de Lefebvre em usar tal denominação era dar relevância ao fato de que a aristocracia, na década de 1780, aproveitou-se da crise orçamentária e retomou, com mais força do que em outras ocasiões, seu conflito secular com a monarquia. O espírito *frondeur* da aristocracia assumiu a iniciativa, por que não dizer a vanguarda, das ações de

---

<sup>9</sup> Combinando o termo reação aristocrática com o de revolução aristocrática, poderíamos chegar ao termo de “reação revolucionária”, o que seria o “cúmulo do paradoxo”, como afirma Kershaw. Ver: KERSHAW, Ian: 1997, p. 256. Para um exemplo do uso da expressão “reação aristocrática” mais recente, ver: CHAUSSINAND-NOGARET, 1988, p. 23.

<sup>10</sup> Soboul chegou a dizer também que revolução aristocrática “pode se prestar a confusão”. Ver: SOBOUL, 1989, p. 23.

enfrentamento da monarquia, que acabaram por precipitar a França no processo revolucionário.

Retomemos, portanto, o problema orçamentário do estado francês que serviu de gatilho para a ação da nobreza (HARDMAN, 2000, p. 3). Tratava-se evidentemente do déficit provocado por uma arrecadação insuficiente diante de gastos cada vez maiores e o seu corolário, a crescente dívida pública. Contudo, esse problema situava-se dentro de uma questão maior e mais fundamental que estava no cerne da monarquia absoluta francesa e que ganhara contornos mais contundentes durante o reinado do avô de Luís XVI, Luís XV, e que levaram a um conflito sério entre este monarca e a nobreza francesa. Nas palavras do historiador John Hardman,

O problema era o consentimento, e em particular consentimento para taxar. Não consentimento democrático para os atos do governo, mas o consentimento daqueles chamados a contribuir para seu financiamento, o consentimento daqueles em posição de recusar — ou por meio de evasão fiscal, ameaças aos agentes locais do rei ou concertando oposição nos *parlements* (HARDMAN, 2000, p. 3).

A questão do consentimento do imposto ganharia um estágio crítico com os acontecimentos que se iniciaram em 1778 e que iriam agravar em muito o financiamento da monarquia. Nesse ano, Luís XVI estabeleceu um acordo com os revoltosos das 13 colônias inglesas da América do Norte, comprometendo-se em enviar um corpo expedicionário para auxiliá-los em sua luta para se tornarem independentes da Inglaterra, após a decisão dessas colônias de se separar da metrópole em 1776. Pesou para esse engajamento francês ao lado dos norte-americanos, além da simpatia que os norte-americanos granjearam entre setores da sociedade francesa na sua luta pela liberdade — setores esses há muito habituados a uma *teorização* da liberdade pela Ilustração<sup>11</sup> — também a vontade da França em aproveitar a situação

---

<sup>11</sup> Lefebvre afirmou que com a invocação dos direitos do homem e do cidadão, a revolta das colônias inglesas “superexcitou os espíritos” (LEFEBVRE, 1989, p. 47).

para tentar melhorar sua posição no concerto europeu das nações, depois da fragorosa derrota sofrida na Guerra dos Sete Anos para a Inglaterra e também não podia deixar escapar a ocasião para uma revanche dessa derrota.

O fato é que esse engajamento teria um custo financeiro e político que a monarquia francesa não poderia suportar. E o que é curioso é que isto foi previsto. No momento em que começaram a se desenvolver as primeiras tratativas entre a monarquia francesa e os rebeldes norte-americanos para o envolvimento francês na Guerra de Independência, era controlador geral das finanças o célebre economista Robert Jacques Turgot (1721-1781), que assumira esse cargo em 1774. Ao constatar a situação crítica das finanças públicas, Turgot afirmara que uma guerra levaria a monarquia à bancarrota.<sup>12</sup> Suas palavras tornaram-se proféticas. Turgot acabou deixando o governo em 1776.

Para o lugar de Turgot foi chamado ao governo para comandar as finanças, como diretor geral das finanças, o genebrino e protestante Jacques Necker (1732-1804).<sup>13</sup> Necker pôs em prática uma política financeira que, ao invés de seguir o caminho da reforma, apoiou-se na ideia de aumentar a confiança do público na monarquia e, dessa forma, obter empréstimos para cobrir os gastos públicos. Bem sucedida, essa política evitou aumentos de impostos e pôde financiar os custos da guerra começada em seu segundo ano no cargo. Contudo, a médio prazo o sucesso dessa política demonstrou ser parcial. Isto porque essa política acabou por empurrar para frente a necessidade de implementar mudanças estruturais no sistema fiscal, deixando-o em situação mais difícil ainda em razão do peso da dívida, enormemente aumentada justamente por causa dos empréstimos. Assim, o custo da vitória sobre a Inglaterra alcançou a astronômica soma de dois bilhões de libras e a dívida pública da monarquia chegou à casa dos cinco bilhões de libras. Verdadeira vitória de Pirro.

---

<sup>12</sup> “O primeiro tiro conduzirá o Estado à bancarrota” (*apud* DOYLE, 1990, p. 66).

<sup>13</sup> Necker era ministro residente da República de Genebra em Paris, Banqueiro e de religião protestante. Ver: GAUCHET, 1989, p. 301.

De qualquer forma, a política de empréstimos, que evitou o aumento de impostos, fez com que Necker se tornasse popular. Tal popularidade<sup>14</sup> só aumentou quando conseguiu publicar o espetacular *Compte rendu au roi* — o primeiro balanço das contas da monarquia a ser tornado público na história da França, que revelou, entre outras coisas, as somas importantes pagas pelo rei aos seus cortesãos, mas que escamoteava o astronômico gasto com a Guerra de Independência. Com base nessa popularidade, Necker tentou forçar sua entrada no *innermost council* do rei, mas foi impedido por sua condição de protestante. Segundo William Doyle, tal fracasso teria feito com que ele decidisse por renunciar em 1781. Mas, mais provavelmente, sua renúncia deveu-se ao fato de que criou poderosos inimigos entre os cortesãos por ter revelado suas pensões e outros tantos críticos entre os financistas que não viram com bons olhos o mascaramento dos gastos com a guerra (DOYLE, 1990, p. 67).<sup>15</sup>

Após um período de dois anos (1781-83) em que as finanças do reino foram comandadas por Jean-François Joly de Fleury (1718-1802), essa função foi ocupada por Charles Alexandre Calonne (1734-1802). Sem dúvida, o que mais marcou a atuação de Calonne foi sua tentativa de realizar uma reforma estrutural do sistema fiscal francês que pudesse dar conta do grave problema orçamentário que enfrentava o reino, após a vitória sobre a Inglaterra. Além das dívidas — muitas iriam vencer principalmente no ano de 1786 — havia o grave problema do orçamento anual que sofria um déficit em torno de vinte por cento.<sup>16</sup>

Diante dessa situação desastrosa, Luís XVI foi convencido por Calonne, em novembro de 1786, a convocar uma Assembleia de Notáveis (LEFEVBRE, 1989, p. 49), com a intenção de obter o respaldo da nação para a sua proposta de reforma. Tal Assembleia era uma alternativa à convocação da Assembleia dos Estados Gerais, porque a escolha dos seus

---

<sup>14</sup> “Popularidade extraordinária”, afirma François Hincker (HINCKER, 2005, p. 783-784).

<sup>15</sup> Cf. também: GODECHOT, 1989, p. 29-30; TULARD, FAYARD e FIERRO, 1987. p. 1003.

<sup>16</sup> As receitas chegavam ao montante de 503 milhões de libras e gastos da ordem de 629 milhões (SOBOUL, 1981, p. 81).

membros era prerrogativa do rei, logo ela seria supostamente mais dócil e assim, sendo mais fácil de manobrar. Já o caráter dos Estados Gerais era diferente, pois era uma Assembleia eleita pelos franceses das três ordens e que tinha uma amplitude de ação que era mais difícil de limitar do que uma Assembleia cujos membros eram escolhidos a dedo. Ledo engano quanto à docilidade, como veremos.

Assim, a partir de uma lista proposta pelo próprio Calonne ao rei, foram escolhidos os notáveis, entre os quais estavam incluídos os principais dignitários das ordens privilegiadas, o clero e a nobreza. Lá estava Lafayette, entre outros. Mas, para demonstrar que tal Assembleia não seria tão exclusivista, na lista de 144 notáveis constavam três membros da burguesia rural. Os notáveis se reuniram sob a presidência do arcebispo de Toulouse, Loménie de Brienne,<sup>17</sup> a partir do dia 22 de fevereiro de 1787 e os trabalhos durariam até 25 de maio.

Calonne levou à Assembleia uma proposta de reforma fiscal baseada numa maior igualdade de imposição. Seria substituído o vigésimo dos bens de raiz por uma subvenção territorial, cuja principal inovação seria um imposto territorial que recairia universalmente.<sup>18</sup> Tal proposta e as outras feitas<sup>19</sup> pelo ministro foram acolhidas por uma forte e crescente oposição dos notáveis. Diante desta oposição, Calonne tentou buscar o apoio da opinião pública ao imprimir e difundir seu projeto (TULARD, FAYARD e FIERRO, 1987, p. 539). Isso acirrou ainda mais aquela oposição, o que, somado ao fato de que recaía sobre ele a suspeita de má administração e de desonestidade e de que cada vez mais ganhava força o sentimento de que só os Estados

---

<sup>17</sup> Étienne Charles de Loménie de Brienne (1727–1794) foi presidente da Assembleia do Clero por três vezes, presidente da Assembleia de Notáveis e diretor geral das finanças de 1787 a 1788.

<sup>18</sup> “[...] o ministério decidiu por uma reforma fiscal e pretendeu impor a igualdade do imposto e submeter todos os proprietários, qualquer que fosse seu status, nobres e plebeus, ao pagamento de uma “subvenção territorial” (CHAUSSINAND-NOGARET, 1988, p. 30). Esse novo imposto recairia também sobre o clero.

<sup>19</sup> Outros pontos da proposta de Calonne eram a criação de assembleias provinciais, a transformação da corvéia real em um imposto em dinheiro.

Gerais poderiam autorizar um novo imposto,<sup>20</sup> acabou convencendo Luís XVI da necessidade de demiti-lo.

Diante dessa situação e sem Vergennes,<sup>21</sup> o principal ministro do rei, para apoiá-lo, acabou por ser demitido pelo rei no início do mês de abril. E os seus dissabores não acabaram por aí. Daí a alguns meses acabou por ser lançado sobre ele um mandato de prisão pelo Parlamento de Paris, do qual só escapou ao fugir para a Inglaterra. Como afirma Lefebvre, verdadeiro procedimento revolucionário da aristocracia, já que ousou tocar num antigo ministro do rei (LEFEBVRE, 1989, p. 58). Para o lugar de Calonne, Luís XVI escolheu, no dia 3 de maio, um dos líderes da oposição parlamentar, o próprio presidente da Assembleia, Loménie de Brienne (1727-1794).

Durante o segundo semestre de 1787, o arcebispo de Toulouse trabalhou tanto para buscar saídas para a crise orçamentária quanto para desviar a atenção da oposição parlamentar da reivindicação da convocação dos Estados Gerais. Mas antes disso, retomando em boa parte as propostas de Calonne, fez o enfrentamento da situação nos velhos termos. Pediu e conseguiu que Luís XVI pusesse fim à Assembleia de Notáveis no final de maio e exigisse que o Parlamento de Paris registrasse a subvenção territorial. Tendo sofrido uma recusa do Parlamento, o rei usou a antiga prática de exilar os parlamentos, exilando o de Paris para Troyes. Mesmo assim a oposição parlamentar não diminuiu sua resistência.

Dessa forma, no mês de setembro, Brienne mudou de tática e desenvolveu um plano baseado na retirada da subvenção territorial, prolongamento do vigésimo<sup>22</sup> e num empréstimo da ordem de 420 milhões de libras. Além disso, fez a promessa de convocar os Estados Gerais para 1792. Seu trabalho foi bem sucedido. Conseguiu acalmar os ânimos e, em 19

---

<sup>20</sup> No dia 3 de março de 1787, Jean-Baptiste-Prosper-Claude-François Le Blanc de Castillon (1744-1796), procurador-geral do Parlamento de As, afirmou que somente aos Estados Gerais cabia o direito de aprovar novas taxas (DOYLE, 1990, p. 72).

<sup>21</sup> Charles Gravier (1717-1787), conde de Vergennes, era então o principal ministro de Luís XVI e sustentava as ideias de Calonne. Antes mesmo da reunião dos notáveis, no dia 13 de fevereiro, ele veio a falecer.

<sup>22</sup> Taxa criada em meados do século XVIII, correspondendo a 5% do rendimento, coletada diretamente pelo governo independente da condição social do indivíduo.

de novembro de 1787, o Parlamento de Paris, com o rei presente, reuniu-se em uma sessão real para deliberar sobre tal plano. Ao fim dos debates, que deixavam transparecer claramente a aceitação das propostas de Brienne, houve o episódio que colocou tudo a perder. O rei como se fosse num *lit de justice*,<sup>23</sup> ordenou o registro do empréstimo. Sob o espanto geral, o duque de Orleães interpelou o rei, questionando a ilegalidade da ordem. Como afirma William Doyle, “pego completamente sem defesa”, o rei respondeu “isso é legal por que eu o desejo”, palavras que transformaram um triunfo num desastre (DOYLE, 1990, p. 80).

Era demais. Parecia que se estava revivendo os dias mais nefastos do antecessor mais ilustre de Luís XVI, o rei sol, e que setenta anos da Ilustração tinham identificado com o pior dos regimes. Quando o rei se retirou, o Parlamento continuou os debates. O duque de Orleães e outros atacaram o registro. Acabaram por considerá-lo nulo.

Diante dessa situação, novamente o rei preferiu o caminho do enfrentamento. Já nos dias seguintes ao dia 19, por meio de *lettres de cachet*,<sup>24</sup> o duque de Orleães foi exilado para suas terras da província e dois membros da oposição parlamentar, Sabatier des Cabres e Emmanuel Fréteau de Saint-Just, foram presos, assim como também foram suspensas as atividades do Parlamento de Paris.

Assim, em Paris e no resto da França, uma onda de revolta desencadeou-se contra a monarquia, estando à frente dessas ações a aristocracia. Na virada do ano, da pena de Adrien Duport, futuro triúmviro<sup>25</sup>,

---

<sup>23</sup> *Lit de justice*, ou leito de justiça, constituía-se de uma “sessão solene em que o rei comparece pessoalmente, acompanhado dos príncipes de sangue e dos principais membros do conselho. Unicamente por sua presença, o rei retira do Parlamento os poderes de justiça que ele lhes delegou. Ordena o procedimento de registro das cartas reais que, após *remontrances* [advertência], o Parlamento recusou fazê-lo e [agora] é obrigado a se submeter” (CABOURDIN; VIARD, 1978, p. 194-5).

<sup>24</sup> Um instrumento usado pelo rei para uso dos intendentés ou em caráter privado. Tais cartas são “fechadas” e contém uma ordem do rei que, no caso privado, pode permitir a prisão de um indivíduo.

<sup>25</sup> O triúvirato era como eram designados os três principais líderes da Revolução durante o período da Constituinte (1789-1791), Charles de Lameth, Antoine Barnave e o próprio Adrien Duport.

o Parlamento votou uma moção que propunha a liberdade individual como um direito natural (VINCENT, 2007, p. 151). Vários Parlamentos se recusaram a registrar os editos do rei concernentes ao estabelecimento do empréstimo. As guarnições chamadas a restabelecer a ordem se recusaram fazê-lo. Em Grenoble houve a famosa *jornada das telhas*. Quando a população tentou reintegrar os membros do Parlamento local à força, a tropa reagiu e a população, de cima dos telhados, lhes atirou telhas.

2. Com esse quadro conturbado, não restava muita saída a não ser chamar os Estados Gerais. Brienne então conseguiu convencer o rei da necessidade da convocação dos Estados Gerais, o que acabou por acontecer em agosto de 1788. Como afirma Georges Lefebvre, foi a capitulação da monarquia frente à revolta nobiliária (LEFEBVRE, 1989, p. 55-57). Assim, a convocação dos Estados Gerais representou o paroxismo da luta travada pela nobreza contra Luís XVI, na medida em que a convocação dessa Assembleia representou a aceitação por parte do rei de uma das maiores reivindicações da nobreza, qual seja, a ideia de que somente naquela instituição era legítimo discutir a questão fiscal. E se era assim com o cerne da política econômica, também outras questões de igual importância política deveriam passar pelo crivo dessa Assembleia, o que a monarquia jamais admitira desde 1614<sup>26</sup>.

A notícia da convocação dos Estados Gerais repercutiu de forma extraordinária na sociedade francesa de então. Todos os extratos sociais e todas as regiões foram tocados de alguma forma por essa decisão da monarquia, mesmo aqueles mais modestos e as localidades mais distantes passaram a ter uma enorme expectativa em relação a essa Assembleia, o que pode ser visto nas observações feitas pelo jornalista inglês Arthur Young em suas *Viagens a França*.

Mas mais do que qualquer outro grupo, foi a burguesia do Terceiro Estado que se mobilizou fortemente para as eleições dos Estados Gerais. Sobretudo porque queria ver implementada suas principais reivindicações, a

---

<sup>26</sup> Essa não era uma situação nova. A necessidade da convocação dos Estados Gerais já tinha se constituído numa reivindicação no momento do conflito da monarquia com os parlamentos nas décadas anteriores (SUTHERLAND, 2003, p. 19).

igualdade fiscal e jurídica. Desse modo, ao tomar conhecimento das eleições, a burguesia preocupou-se fundamentalmente com a questão do número de representantes que lhe caberia e com a natureza da votação durante a reunião das três ordens, já que a forma tradicional das eleições e de votação nos Estados Gerais implicava na escolha de um número igual de representantes por ordem, trezentos, e de um único voto por cada ordem. Foi assim que se passaram as coisas na última vez que essa Assembleia se reuniu no reinado de Luís XIII. Se o procedimento eleitoral fosse dessa forma novamente, isto daria pouca margem de manobra aos representantes do Terceiro Estado no momento do debate e da deliberação nos Estados Gerais.

Para alcançar suas principais reivindicações fazia-se mister, portanto, a mudança no número de representantes a serem escolhidos pelo Terceiro Estado nas eleições para os Estados Gerais e a mudança do voto por ordens para o voto por cabeça nas votações dessa Assembleia. A burguesia do Terceiro Estado estava ciente, antes de qualquer coisa, de que a duplicação tinha precedência, isto é, que seu número de representantes deveria passar para seiscentos representantes, deixando a reivindicação de cada representante um voto em segundo plano. Do contrário, mesmo havendo a mudança para o voto *per capita*, a votação realizada dessa forma na Assembleia dos Estados Gerais ainda deixaria a burguesia em desvantagem numérica em relação às duas ordens privilegiadas, caso não houvesse a duplicação. Isto porque somando-se os votos do clero e da nobreza, estas ordens perfazeriam um total de 600 votos contra os 300 da burguesia.

Ao tomar conhecimento das pretensões da burguesia em mudar o regime eleitoral, a nobreza francesa fez saber através de uma das principais instituições que a representava, o Parlamento de Paris, no dia 23 de setembro, que não aceitaria tal mudança, exigindo a conformidade das eleições com a tradição. Começava então o conflito primordial da revolução de 1789, a “guerra de classes”, escreve Lefebvre (LEFEBVRE, 1989, p. 74), usando uma expressão de Philippe Sagnac. Subitamente, a burguesia percebeu que a aristocracia não era a campeã das reformas como imaginara. A chamada revolução aristocrática soçobrou diante da emergência da burguesia do Terceiro como vanguarda dos desejos reformistas, que levariam

às grandes transformações que caracterizariam o ano de 1789, passando a aristocracia imediatamente para o lado da reação.<sup>27</sup> Assim, tem início uma nova revolução, que Lefebvre chamou de jurídica ou burguesa.

Contudo, nesse primeiro conflito a burguesia conseguiu uma parcial, mas importante vitória. Necker, que desde agosto havia substituído Loménie de Brienne, numa nova Assembleia de Notáveis conseguiu impor aos relutantes nobres, em 27 de dezembro de 1788, a duplicação, não se pronunciando sobre o voto por cabeça.

Assim, tiveram início a partir de janeiro de 1789 as eleições censitárias e indiretas para a escolha dos representantes aos Estados Gerais. Mas não sem antes a tradição de outras reuniões desses estados ser mantida em um aspecto, a saber, a permissão real para que os franceses se pronunciassem sobre os problemas que os afetavam, isto é, que fizessem suas queixas em cadernos a ser enviados a Paris, o que resultou nos famosos *cahiers de doléances* (cadernos de queixas). Tal permissão acabou por provocar a primeira efetiva liberdade de imprensa na história, da qual o panfleto *O que é o terceiro estado* de Sieyès (SIEYÈS, 1994, p. xx) foi só o exemplo mais acabado.

No dia 5 de maio de 1789, em Versalhes, depois de uma decepcionante abertura presidida pelo rei no dia anterior, os deputados do Terceiro Estado exigiram que a sessão de verificação de poderes fosse feita em comum. Tal exigência foi uma manobra de tais deputados para completar aquilo que tinham começado com a exigência no ano anterior da “duplicação”. Fazendo a verificação em comum, esperavam que todas as demais sessões também se realizassem da mesma forma, com debates e votações feitas na mesma câmara, superando na prática o voto por ordem. Porém, as assembleias das ordens privilegiadas, no dia 11 de maio, resistiram firmemente a essa exigência do Terceiro. A da nobreza, por ampla maioria, aprovou o início da verificação das credenciais dos seus membros, enquanto a do clero, mais dividida, uma fraca maioria aprovou a verificação das

---

<sup>27</sup> Isso fica evidente no que Lefebvre chamou de manifesto aristocrático, a súplica enviada ao rei pelos príncipes. Nessa súplica, é afirmado que o “estado está em perigo” e isto porque o Terceiro Estado ataca os direitos das duas primeiras ordens ao pedir a duplicação e o voto por cabeça (LEFEBVRE, 1989, p. 79).

credenciais dos deputados.<sup>28</sup> O impasse continuaria pelo resto do mês de maio e também parte do mês seguinte.

Contudo, a partir do dia 13 de junho o clero começou a se juntar aos membros dos que, como na tradição inglesa, passaram a se chamar *communs*,<sup>29</sup> os quais, no dia 17 de junho, buscando sair do impasse, radicalizaram e deram um passo rumo à revolução. Nesse dia declararam-se em Assembleia Nacional, com base em uma proposição de Siéyès. Num só gesto tinham posto fim às ordens e retirado do rei sua primazia na convocação dos Estados, além de trazer ao primeiro plano da história a ideia moderna de nação. Dois dias depois, a maioria do clero pronunciou-se pela reunião com o Terceiro, já a nobreza voltou a reafirmar sua disposição de não se reunir aos comuns.

Estando nesses dias ainda de luto, seu primogênito havia morrido no dia 4 de junho, Luís XVI pouco soube do que se passava no salão dos Menus Plaisirs. Todavia, já mais recuperado daquela perda, tomou conhecimento do que tinham decidido os deputados do Terceiro e sentindo-se encorajado pela decisão da nobreza em manter-se em câmara separada, ordenou o fechamento daquele salão. Dessa forma, no dia 20 de junho, quando pela manhã alguns deputados do Terceiro se dirigiram para lá, encontraram as portas fechadas e guarnecidas por alguns homens da guarda. Um certo pânico percorreu as fileiras dos representantes da burguesia ao tomarem conhecimento desse fato. Mas a ampla maioria dos deputados decidiu mais uma vez passar à ação, o que fizeram ao se reunir num local onde se praticava o jogo da péla. Ali tomaram uma decisão fundamental, a saber, de que só deixariam Versalhes quando a França tivesse uma constituição, foi o célebre *juramento do jogo da péla*, imortalizado na tela do pintor Jean-Louis David.

---

<sup>28</sup> Na Assembleia da nobreza a votação foi de 141 votos a 47 pela verificação e na do clero foi de 133 contra 114 (GODECHOT, 1989, p. 60).

<sup>29</sup> “O Terceiro Estado inicialmente tinha repudiado a designação de “Terceiro Estado” em favor de “comuns,” buscando negar o voto por ordem, mas não obliterar distinções sociais” (FITZSIMMONS, 2003, p. 7).

A revolução burguesa, a segunda das quatro revoluções em que Lefebvre dividia a Revolução Francesa, tinha emergido. Lefebvre também chama a revolução burguesa de jurídica e isso não por acaso. Porque, para Lefebvre, “ao invés de ser um ‘consciente triunfo de uma classe subjugada’, revolução burguesa é melhor entendida como provendo uma estrutura legal e política na qual o capitalismo industrial poderia desenvolver-se” (WOLFREYS, 2007, p. 57). Na indiscutível visão de que a Revolução, enquanto revolução burguesa, “abriu o caminho para o capitalismo” (WOLFREYS, 2007, p. 57)<sup>30</sup> ou nas palavras de Robert R. Palmer (1909-2002), a Revolução “limpou o caminho para o triunfo do capitalismo” (PALMER, 1947, p. v).

Todavia, se a decisão tomada no jogo da péla era um passo na radicalização, ela não assegurava nada e não permitia a saída do impasse com as outras ordens privilegiadas. Assim, concitado por parte do Terceiro e de Necker, aquele desejando a arbitragem do rei para que se pudesse sair do impasse, Luís XVI reuniu uma *sessão real* no dia 23 de junho. Como afirma Marcel Doringy, “com um discurso seco e autoritário” (DORINGY, 2005, p. 974), o rei exigiu que se mantivesse o voto por ordem e a reunião das três ordens separadamente, assim como manteve também os direitos feudais e senhoriais. Por outro lado, afirmou estar disposto a fazer concessões na questão do consentimento do imposto, da liberdade individual e do fim da servidão.

Diante dessa verdadeira carta de princípios reacionária, “o testamento do despotismo”, como afirmou Jules Michelet (MICHELET, 1968, t. I, p. 31), o Terceiro Estado ficou profundamente decepcionado. Contudo, mais

---

<sup>30</sup> Pode-se dizer o mesmo sobre a classificação da Revolução Francesa como revolução burguesa, o que Lawrence Stone disse a propósito da classificação da Revolução Inglesa como revolução burguesa feita por Christopher Hill. Stone rejeitou os argumentos que Hill desenvolvera em livros como *A revolução inglesa de 1640*, isto é, de que a Revolução Inglesa teria sido causada por um claro conflito entre classes e ideologias feudais e burguesas. Por outro lado, Stone afirmava que foi seu resultado final, causado pela derrota real e depois pela consolidação dessa derrota pela Revolução Gloriosa, que tornou possível o controle do poder pela elite bancária, mercantil e proprietária de terra, e, desta forma, a economia moderna (STONE, 1988, p. 287).

uma vez ele manteve o sangue frio e, na formulação de Honoré Gabriel Riqueti (1749-1791), conde de Mirabeau, deixava ao rei somente a escolha “entre a aceitação das reformas ou o recurso ao uso da força” (DORINGY, 2005, p. 975). No dia 24, a maioria do clero, e no dia seguinte, uma parte minoritária da nobreza, reuniram-se ao terceiro. A forte mobilização parisiense tinha conseguido dissuadir o rei de suas intenções.

3. Assim, o próprio rei, no dia 27, acabou por aceitar a reunião das ordens. Todavia não sem segundas intenções. Como afirma Jacques Godechot,

Convidando, a contragosto, os deputados do clero e da nobreza a formarem uma Assembleia Nacional com os representantes do Terceiro Estado, ele tinha a intenção de dissolvê-la, pois, desde 22 de junho, estava enviando às guarnições de fronteira do norte e do leste a ordem de se concentrarem em torno de Paris e de Versalhes (GODECHOT, 1989, p. 35).

As notícias sobre essa movimentação de tropas se espalharam e informações chegaram de que o 15º regimento de cavalaria, o Royal-Allemand, estava se aproximando de Paris. O conhecimento dessas movimentações de tropas, combinando-se com a notícia da demissão de Necker, no dia 11 de julho, criou o ambiente propício para que a revolução burguesa fizesse a junção com a revolução popular, característica exclusiva da Revolução Francesa e que a torna única na história das grandes revoluções.

Foi no dia seguinte, 12 de julho, que a população parisiense tomou conhecimento da demissão de Necker. Um forte sentimento percorreu a população parisiense de que coisas terríveis se preparavam contra as decisões que vinham sendo tomadas pelos *communs*. Era hora de agir. Camille Desmoulin (1760-1794),<sup>31</sup> no Palais Royale, concitou o povo a pegar em

---

<sup>31</sup> Ainda desconhecido, Desmoulin viria a se tornar importante personagem da Revolução tanto na sua função como jornalista, já que foi o criador dos *Révolutions de France et de Brabant*, quanto como membro da Convenção. Mas a veracidade de tal episódio ocorrido no Palais

armas contra o governo real. Mas ouviram-se também, em outras partes da capital, os mesmos brados, como, por exemplo, no Boulevard du Temple. Atendendo a estes apelos, a população parisiense buscou se armar nas horas seguintes.

Na capital havia dois importantes arsenais, o dos Inválidos e o da Bastilha, velha fortaleza e prisão política. Os parisienses, portanto, desde a aurora do dia 14, buscaram esses locais. Primeiro se dirigiram aos Inválidos onde, sem maiores dificuldades, conseguiram retirar fuzis e canhões. Contudo, faltavam pólvora e cartuchos, os quais lá não encontraram. Foi o que foram buscar na velha fortaleza. Tratava-se apenas de conseguir mais fuzis e munições e não certamente de tentar tomar a poderosa fortaleza. Bernard René Jourdan de Launay (1740–1789), o governador da fortaleza, desde o início resistiu às demandas populares, quando, por volta das quinze e trinta, depois das idas e vindas das negociações, o povo reunido à volta da Bastilha, já impaciente, deu início ao assalto. Houve muitas mortes. As próprias guarnições da fortaleza começaram a se inquietar com a situação e conseguiram fazer com que o governador abaixasse as pontes levadiças e deixasse entrar os que tentavam tomar a bastilha. A revolução popular tinha ganhado sua primeira batalha.

Quando as notícias chegaram a Versalhes, ocorreu o famoso diálogo entre o rei e o duque François Armand de La Rochefoucauld de Roye (1747-1837), grão-mestre do Guarda-Roupa, em que o rei teria perguntado, ao tomar conhecimento dos acontecimentos de Paris, se era uma rebelião e o duque teria respondido “*non sire, não é uma rebelião, é uma revolução*” (apud GODECHOT, 1989, p. 67-68). Assim, no dia 17, o rei foi a Paris e confirmou com sua presença a vitória dos insurgentes que derrubaram a Bastilha.

4. Foi nessa atmosfera de crescente nervosismo entre maio e julho — atmosfera que tem na tomada da Bastilha seu ponto forte — que se criou um ambiente propício para o desenvolvimento de um tema que perpassou o

---

Royale foi contestada por certos historiadores, como, por exemplo: SUTHERLAND, 2003, p. 68.

século XVIII, o chamado complô aristocrático. Ao longo desse século, a ideia desse complô esteve relacionada principalmente ao problema da penúria alimentar, já que a razão de ser do complô nada mais é do que provocar a penúria e matar o povo de fome. No imediato, o tema do complô aristocrático estava relacionado à ideia de que a aristocracia tramava para dismantelar os avanços que a França vinha obtendo desde a reunião dos Estados Gerais, cujo sinal mais evidente “[...] são as manobras da aristocracia que já tinha começado a emigrar” (IKNI, 2005, p. 518). Tendo seu contexto inicial em Versalhes e Paris, a ideia do complô aristocrático tem um papel fundamental na conhecida ideia de Lefebvre de que o temor ao complô estava na origem do episódio que ficou conhecido como o *Grande Medo*, “uma quinzena de dias que sacudiram os campos” (IKNI, 2005, p. 517). A ideia do complô acabou se disseminando, do dia 20 de julho até a primeira semana de agosto, entre a população de diversas áreas rurais francesas, o que levou a um pânico generalizado que veio a ser conhecido como o Grande Medo (LEFEBVRE, 1989, p. 156-157).<sup>32</sup>

Assim, durante esse pânico, os habitantes dessas áreas acabaram por vivenciar uma série de situações ora reais ora imaginárias, tais como a presença de estranhos, supostamente identificados com bandidos, circulação de tropas, invasores estrangeiros, pessoas que tentavam colher o trigo ainda verde. Essas situações foram consideradas como fruto do complô aristocrático, seriam instrumentos desse complô para derrotar a Revolução, como, por exemplo, matar os camponeses de fome, como podemos ver nos boatos relacionados à colheita do trigo ainda verde e na ideia de que a aristocracia estava retendo os grãos. Um panfleto da época acusava os príncipes, logo a nobreza e o clero, de terem feito “o açambarcamento de todo o trigo do reino” (LEFEBVRE, 1979, p. 81).

Esse fenômeno por sua vez teria sido o desencadeador de uma ação generalizada da massa camponesa que teve por alvo a nobreza. Assim, os

---

<sup>32</sup> Não devemos subestimar a mentalidade popular por entrar em pânico ou em disseminar este o pânico. Devemos lembrar do extraordinário episódio da transmissão radiofônica da leitura do livro de H. G. Wells *A guerra dos mundos* por Orson Welles, às vésperas do dia das bruxas de 1938, a qual provocou um pânico generalizado em várias cidades norte-americanas.

camponeses atacaram os castelos, incendiando vários deles. Justamente os castelos onde estavam depositados os documentos que impunham aos camponeses a exploração dos ainda existentes resquícios feudais e que tinham sido reforçados na chamada “reação aristocrática”. Portanto, o Grande Medo provocou a quarta das revoluções identificadas por Lefebvre, a revolução camponesa, pois foi a partir dele que os camponeses deram início a um processo de contestação dos ainda sobreviventes direitos feudais, assim como começaram a sua sempiterna luta pela posse da terra, a qual, no Antigo Regime, era regida por formas diretas ou indiretas de acesso à terra, como os direitos comunais.<sup>33</sup>

Contudo, a relação estabelecida entre o complô aristocrático e o Grande Medo foi nuançada recentemente por Timothy Tackett, o qual, à luz de uma série de pesquisas realizadas nas últimas décadas, considera insuficiente as provas apresentadas por Lefebvre que estabeleceriam aquela relação (TACKETT, 2008, p. 2). Para Tackett, a ideia do complô apareceria *a posteriori* como uma explicação para o que aconteceu e não como o gatilho do Grande Medo. Este estaria relacionado ao medo dos bandidos, o qual é repertoriado em toda parte durante o episódio, ao mesmo tempo em que durante este episódio a ideia do complô não aparece nas fontes.

De qualquer forma, ele concorda com a relação que o autor dos *Paysans du nord pendant la révolution* estabeleceu entre o Grande Medo e a noite do 4 de agosto, como sendo a causa maior das decisões que se tomaram nessa noite. Afirma Tackett que a visão que os constituintes tiveram de “[...] uma conflagração geral se desenrolando quase simultaneamente em todos os recantos do reino teve um papel determinante no desencadeamento da Noite do 4 de agosto” (TACKETT, 2008, p. 9).

Todavia, essa ligação, feita tanto por Lefebvre quanto por Tackett, entre o Grande Medo e a noite do 4 de agosto, como uma relação de causa e efeito, também tem seus contestadores. Na noite do 4 de agosto, como se

---

<sup>33</sup> Em seu artigo *A Revolução Francesa e os camponeses* Georges Lefebvre afirmava que houve uma “revolução camponesa independente. É preciso distingui-la da revolução burguesa como se distinguiu esta da revolução dos privilégios, e a revolução democrática da revolução censitária” (*apud* BETOURNÉ; HARDIG, 1989, p. 129).

sabe, foi abolido os direitos feudais, como, por exemplo, a corvéia. De fato, após esta noite o Grande Medo se apaziguou o que reforçaria os argumentos de Lefebvre. Contudo, para Donald Sutherland, os constituintes já estavam decididos a tomar essa decisão, apenas usando os acontecimentos como alibe. Afirma este historiador, que a “[...] pressão popular foi um pretexto para justificar o que os deputados patriotas já tinham decidido fazer” (SUTHERLAND, 2003, p. 79).

Como podemos ver, à luz de novas pesquisas, como as que desenvolveram tanto Tackett quanto Sutherland, é possível nuançar as análises empreendidas por Lefebvre na década de 1930 sobre o pânico generalizado que tomou conta de algumas regiões da França durante o final de julho de 1789 e começos de julho do mesmo ano. Todavia, como afirma um crítico da historiografia universitária, apesar de tudo, Lefebvre continua sendo considerado como tendo escrito a obra insubstituível sobre o Grande Medo (REVEL, 1989, p. 94).

### Considerações finais

Nessas últimas considerações podemos, com base nas análises que realizamos mais acima, afirmar que a concepção de Georges Lefebvre de uma revolução múltipla permanece sendo uma das interpretações centrais na historiografia da Revolução Francesa. Isto porque como afirma George Comninel

[...] esta interpretação social contida no clássico *Quatre-vingt-neuf* de Lefebvre tem oferecido uma análise viável da Revolução ao longo do tempo. Antes de ser uma primária expressão da teoria da revolução de classe burguês-capitalista, *Quatre-vingt-neuf* [...] concebe uma ampla e complexa revolução social (COMNINEL, 1989, p. 37).

O mesmo autor também afirma que

a questão é, pois, precisamente que a Revolução foi uma complexa revolução social, a identidade integral da qual foi devida especificamente à interação de vários *diferentes* movimentos, com diferentes bases sociais, e não simplesmente a uma revolução política liberal por meio da qual a burguesia derrubou o privilégio aristocrático (COMNINEL, 1989, p. 45).

Assim, setenta e cinco anos depois de publicado, o livro — no qual Lefebvre comemorava e analisava a Revolução que hoje em dia tem mais de duzentos e vinte e cinco anos — ainda permanece produzindo reflexões importantes. Se por um tempo sofreu um ataque em regra por parte dos historiadores ditos revisionistas, ataque que era a uma só vez, contra marx, a interpretação social da revolução e mesmo a própria Revolução como portadora de positividade, ele recuperou muito do seu frescor inicial tanto no que diz respeito à sua original «teoria das quatro revoluções», pois ela fornece uma chave de leitura da Revolução que nos permite vê-la em toda sua complexidade, quanto em sua visão positiva de uma Revolução centrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e que, portanto, via o futuro da humanidade inexoravelmente ligado uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade.

## Referências

- BEIK, Paul. Introdução. In: LEFEBVRE, Georges. *The French Revolution From its origins to 1793*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1962.
- BETOURNÉ, Olivier e HARDIG, Aglaia I. *Penser l'histoire de la Révolution*. Paris: Éditions la Découverte, 1989.
- BLANC, Louis. *Histoire de la Révolution Française*. Paris : Docks de la Librairie, s/d (1870).
- CABOURDIN, Guy e VIARD, Georges. *Lexique historique de la France d'Ancien Régime*. Paris: Armand Colin, 1978.

- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. *La Bastille est prise*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1988.
- CLEMENCEAU, Georges. Consultado em: <<http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/grands-moments-d-eloquence/georges-clemenceau-1891-la-revolution-est-un-bloc-29-janvier-1891>>. Acesso em 30 de outubro de 2014.
- COMNINEL, George C. Quatre-Vingt-Neuf Revisited: Social Interests and Political Conflict in the French Revolution. *Historical Papers/Communications historiques*, vol. 24, n° 1, 1989, p. 36-52. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/030995ar>>. Acesso em 30 out. 2014.
- DORINGY, Marcel. Séance royale. In: SOBOUL. Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- DOYLE, William. *The Oxford history of the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- FITZSIMMONS, Michael P. *The Night the Old Regime Ended: august 4, 1789, and the French revolution*. Filadélfia: The Pensilvânia State University, 2003.
- GODECHOT, Jacques. *A Revolução Francesa: cronologia comentada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- GODECHOT, Jacques. O fim da sociedade de ordens. In: VOVELLE, Michel. (Dir.). *L'état de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HARDMAN, John. *Louis XVI, the silent king*. Londres, Oxford University Press, 2000.
- HINCKER, François. Necker. In: SOBOUL. Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- KERSHAW, Ian. *Qu'est-ce que le nazisme ? Problèmes et perspectives d'interprétation*. Paris : Gallimard, 1997.
- IKNI, G.-R. Grande Peur. In: SOBOUL. Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- LEFEBVRE, Georges. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- LEFEBVRE, Georges. Introduction. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1952.
- LEFEBVRE, Georges. *Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- MATHIEZ, Albert. *La Révolution française*. Paris: Armand Colin, 1922.
- MAZAURIC, Claude. Prefácio. In: LEFEBVRE, Georges. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*. Paris, Jules Rouff Éditeur, 1968.
- PALMER, Robert Roswell. Preface. In: LEFEBVRE, Georges. *The coming of French revolution, 1789*. New York: Vintage Books, 1947.
- REBÉRIOUX, Madeleine. Louis Blanc. In: BONGIOVANNI, Bruno e GUERCI, Luciano (Orgs.). *L'albero della Rivoluzioni. Le interpretazioni della Rivoluzioni francese*. Turim: Giulio Einaudi Editore, 1989.
- REVEL, Jacques. Grand Peur. In: FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. *Ecrits politiques*. Bruxelas: S.R.L. (Éditions des Archives Contemporaines), 1994.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SOBOUL, Albert. Prefácio: Georges Lefebvre, historiador da Revolução Francesa. In: LEFEBVRE, Georges. *1789, o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa*. São Paulo: EDUSC, 2000.
- SOBOUL, Albert. The bourgeois revolution of seventeenth-century England revisited. In: ELEY, Geoff e HUNT, William (Eds.). *Reviving the English Revolution: reflexions and elaborations on the work of Christopher Hill*. Londres: Verso, 1988.
- SUTHERLAND, Donald G. M. *The French Revolution and the Empire. The quest of civic order*. Malden: Blackwell Publishing, 2003.
- TACKETT, Timothy. La Grande Peur et le complot aristocratique sous la Révolution française. In: *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 335, 2008.

- TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- TRAVERSO, Enzo. *Le totalitarisme, le XXe siècle en débat*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- TULARD, Jean, FAYARD, J.-F. e FIERRO, Alfred. *Histoire et dictionnaire de la Révolution française*. Paris: Robert Lafont, 1987.
- VENTURI, Franco. *Settecento riformatore*. Turim: Einaudi, 1998.
- VILAR, Pierre. *Croissance économique et analyse historique. Première conférence internationale d'histoire économique*. Stockholm. Paris/Haia: Mouton, 1960.
- VINCENT, Bernard. *Luis XVI*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- WOLFREYS, Jim. Twilight Revolution: Francois Furet and the Manufacturing of Consensus. In: HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim (Eds.). *History and Revolution. Refuting Revisionism*. New York: Verso, 2007.